

As representações da família na produção midiática do fim do século XIX

Ana Paula de Pina Lopes Silva; Patrícia Targino Melo

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar o contexto histórico das representações da família em meados do século XIX, promover um debate teórico sobre as noções de família no imaginário social da época, sob o ponto de vista histográfico, e apresentar o estudo de caso do jornal "A Família". A partir da ideia da família como uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, submetida às condições econômicas, sociais, culturais e demográficas e que também tem, por sua vez, a capacidade de influir na sociedade, buscarei nos periódicos publicados nos primeiros anos da República no Brasil, as representações de família, entendendo que o poder absoluto da família patriarcal obscureceu outras formas de organizações familiares. No primeiro momento é possível perceber que o desenvolvimento da economia industrial no Sudeste é que transformará a família. Ela se nucleariza para atender melhor as demandas da sociedade moderna, e ao perder a sua função produtiva, o grupo tende a se relacionar única e exclusivamente a partir dos laços de afeto mútuo. A condição urbano/rural foi a baliza para determinar o tipo familiar. No segundo momento se vê que a família brasileira está vinculada a dois posicionamentos conceituais específicos: um primeiro, que se projeta a partir do modelo de família patriarcal como sendo um modelo a- histórico de família brasileira; e um segundo, onde este modelo é revisto. Por fim se constata que as representações da família, por ser composta de indivíduos e estar dentro de um contexto cultural, é historicamente construída e possui um significado de acordo com a realidade a que está inserida.

Palavras chave: Família; Papel social; Mídia impressa.

Abstract: *This paper aims to present the historical context of the representations of the family in the mid-nineteenth century, promoting a policy debate on the notions of family in the social imaginary of the time, from the point of view narrative, and present the case study of newspaper "The Family". From the idea of the family as an institution mediating between the individual and society, subject to the economic, social, cultural and demographic and also has, in turn, the ability to influence society, seek periodicals published in the early years of Republic in Brazil, the representations of family, understanding that the absolute power of the patriarchal family overshadowed other forms of family organizations. At first you can see that the development of the industrial economy in the Southeast is that transform the family. She centering to better meet the demands of modern society, and lose its productive function, the group tends to relate solely from the bonds of mutual affection. The condition of urban / rural was the goal to determine the type family. In the second we see that the Brazilian family is linked to two specific conceptual positions: a first, which protrudes from the patriarchal family model as a model-Brazilian family history, and a second, where this model is revised. Finally it turns out that the representations of the*

family, and be composed of individuals living within a cultural context, is historically constructed and has a meaning according to the reality that is inserted.

Keywords: Family; Social role; Print media.

Introdução

A partir da ideia da família como uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, submetida às condições econômicas, sociais, culturais e demográficas e que também tem, por sua vez, a capacidade de influir na sociedade, buscarei nos periódicos publicados nos primeiros anos da República no Brasil, mas especificamente na publicação intitulada “A Família”, as representações de família, entendendo que o poder absoluto da família patriarcal obscureceu outras formas de organizações familiares.

No primeiro momento é possível perceber que o desenvolvimento da economia industrial no Sudeste é que transformará a família. Ela se nucleariza para atender melhor as demandas da sociedade moderna, e ao perder a sua função produtiva, o grupo tende a se relacionar única e exclusivamente a partir dos laços de afeto mútuo. A condição urbano/rural foi a baliza para determinar o tipo familiar. No segundo momento se vê que a família brasileira está vinculada a dois posicionamentos conceituais específicos: um primeiro, que se projeta a partir do modelo de família patriarcal como sendo um modelo a- histórico de família brasileira; e um segundo, onde este modelo é revisto. Por fim se constata que as representações da família, por ser composta de indivíduos e estar dentro de um contexto cultural, é historicamente construída e possui um significado de acordo com a realidade a que está inserida.

No primeiro momento da pesquisa apresenta o contexto histórico da sociedade carioca em meados do século XIX. O Brasil do fim do século XIX se caracteriza pelas grandes mudanças ocorridas no campo social e político e econômico. As transformações significativas acontecem em decorrência da transição do Estado Imperial e início da República. Desde então, a então capital brasileira, Rio de Janeiro, passa a ser palco de grandes confrontos de ideias. Essa movimentação de ideias, em geral importadas da Europa, na maioria das vezes, era absorvida de forma parcial e seletiva, resultando em grande confusão ideológica.

Num segundo momento, promoverei um debate teórico entre autores que abordam as noções de família dentro deste contexto social. Nesse sentido, a família como instituição é composta de um conjunto de papéis mutuamente dependentes e complementares. Essas relações são estruturadas em determinados lugares e época, porém essa estrutura talvez não seja revelada pelo tamanho do domicílio.

Por fim, apresentarei a dualidade existente nas publicações do jornal *A Família*. Ao mesmo tempo em que o jornal se preocupa com a educação da mãe de família, ele se volta às questões sociais e políticas da época. Entre as mulheres que tinham qualificações necessárias para praticar uma profissão, a maioria pertencia à família de intelectuais,

políticos, advogados, médicos, membros da burocracia imperial, fazendeiros ou empresários. Entre elas havia um número cada vez maior de mulheres que se tornaram colaboradoras em jornais e revistas femininas, faziam traduções de livros estrangeiros, publicavam suas poesias, romances, peças e livros sobre educação de crianças. Junto a essas mulheres vieram se juntar outras de origem mais modesta, que graças à expansão do sistema escolar se tornaram professoras e escritoras.

Métodos

De acordo com Robert Darnton (2007), interpretar o documento é compreender todo um código social, contido nas palavras. Desta forma, pode-se entender as mentalidades, tradições, medos e anseios. O documento pode mostrar a questão da realidade da vida das pessoas, os significados que atribuíram a determinadas coisas em determinado momento histórico, permitindo assim descobrir e interpretar de um novo ponto de vista. A maneira pela qual são tratados e vistos os documentos e as fontes requer uma noção de representação, pois é a representação que define o que é e qual o objetivo de uma história cultural.

Para Robert Darnton a noção de representação se constitui como a maneira pela qual as pessoas comuns organizavam a realidade em suas mentes expressando-se em comportamentos e práticas sociais. Apesar das representações possuírem expressões individuais, estas estariam condicionadas por um “idioma geral”, ou seja, um conjunto de símbolos compartilhados, uma estrutura fornecida por cada cultura que criaria possibilidades de expressões, mas também as limitaria. Assim, deve-se, por meio do entendimento das representações, captar a diferença e os significados inscritos no que quer que sobreviva da visão de mundo desse passado.

Para Tânia Regina de Luca (2005), o uso de periódicos tanto como fontes quanto como objeto de estudos históricos num primeiro momento não foi ou não tiveram grande importância até a década de 1930. A concepção positivista dizia que todos os documentos deveriam possuir uma objetividade, neutralidade e credibilidade, onde estes estavam prontos e acabados bastando transcrevê-los para se obter uma história verdadeira e absoluta.

De acordo com Luca (2005), o surgimento da “História Nova”, pela chamada Escola dos Annales a concepção de fontes e objetos históricos passou a ser mais ampla e diversificada, propondo com isso romper com o tradicionalismo da História movida apenas pelo caráter político, econômico e social, e fazendo assim uma busca de novas abordagens, problemas e objetos, com essa nova visão passariam a olhar as questões culturais, cotidianas, mentais, étnicas, de gênero, minorias, vencedores e vencidos, sem negar a relevância das questões estruturais da longa duração e também nas conjunturas econômica, demográfica, política e social. Os periódicos nesse momento começam a fazer parte dessa construção como fontes e objetos de estudo dessa “História Nova” com seus variados objetos, problemas e abordagens, onde através destes podemos enxergar vários caminhos que possibilitem essa construção essencial desse tipo de História.

Os periódicos como objeto de investigação histórica, é fonte de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pois estes veículos de comunicação não são transmissores imparciais de acontecimentos, ou seja, possuem uma posição ideológica dentro da realidade político e social ao qual está inserido. Ao analisar periódicos deve-se ter o cuidado em verificar não o que estes documentos dizem, mas sim, como dizem, buscando com isso fazer crítica interna e externa desse documento, ou seja, na interna deve-se analisar para quem escreve, por que escreve localizar seu público alvo, verificar a organização estética desse periódico, seus editores e proprietários e como estes se relacionam com poder e suas instituições.

Na crítica externa devemos analisar como está o contexto histórico ao qual o documento está inserido, analisando o político, econômico, social e cultural relacionando o documento com o momento que se escreve para com isso entendermos as motivações daqueles que os produzem e por que produzem. Os periódicos são fontes que cooperam para a construção do saber Histórico, quando constitui uma representação da realidade do período estudado.

De acordo com Roque Moraes (1999) a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. Quando se utiliza a análise de conteúdo, uma clara explicitação de objetivos ajuda a delimitar os dados efetivamente significativos para uma determinada pesquisa. Nesse sentido, ainda que diferentes autores proponham diversificadas descrições do processo da análise de conteúdo, ela pode ser feita em cinco etapas: preparação das informações, unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, categorização ou classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação.

Materiais

O desenvolvimento do trabalho de análise se deu por meio da seleção e organização das fontes, no caso o jornal *A Família*, a elaboração de fichas de leitura, construção de quadros de autores e de termos-chave, aos quais se acrescentaram observações ou comentários sobre possíveis relações com as questões da pesquisa.

A mulher na mídia impressa

Entre as mulheres que tinham qualificações necessárias para praticar uma profissão, a maioria pertencia à família de intelectuais, políticos, advogados, médicos, membros da burocracia imperial, fazendeiros ou empresários. Entre elas havia um número cada vez maior de mulheres que se tornaram colaboradoras em jornais e revistas femininas, faziam traduções de livros estrangeiros, publicavam suas poesias, romances, peças e livros sobre educação de crianças. Junto a essas mulheres vieram se juntar outras de origem mais modesta, que graças à expansão do sistema escolar se tornaram professoras e escritoras.

Em decorrência do aumento da alfabetização das mulheres, em sua maioria as de classe média, os jornais e revistas destinados às mulheres proliferaram (VIOTTI, 2007. p .506)

Desde a Independência do Brasil, começaram os primeiros jornais. Na segunda metade do século, passaram a discutir a educação feminina e o acesso das mulheres às carreiras médicas, farmacêuticas e jurídicas. Alguns chegavam a abordar assuntos mais controversos como o preconceito dos homens contra as mulheres, os progressos do movimento feminista no mundo e no Brasil, o direito do voto, a emancipação dos escravos e até mesmo ideias republicanas e socialistas. Os jornais apontavam as realizações das mulheres em várias partes do mundo e procuravam promover as escritoras brasileiras, publicando seus ensaios e poesias, e resenhando seus livros. (VIOTTI, 2007. p. 511)

Entre as escritoras que ganharam destaque neste período, está Josephina Álvares de Azevedo (meia-irmã do escritor Manuel Antônio Álvares de Azevedo), que fez campanha a favor do voto feminino e em 1878 provocou intenso debate a esse respeito com a apresentação de sua peça: *O voto feminino*. Juntamente com Ignez Sabino publicou a revista *A Família*. Todas essas mulheres gozavam de prestígio e de um grau de liberdade que poucas mulheres teriam experimentado antes. Mas continuavam a ver no papel de esposa e mãe a principal função da mulher. (VIOTTI, 2007. p.13)

Para Oliveira (2009), o primeiro número do jornal *A Família* foi publicado no mês de novembro de 1888 na capital paulista. Com publicação semanal, o jornal tinha como proprietária Josephina Álvares de Azevedo, cuja profissão era a docência. Ao longo da vida do jornal, algumas mulheres enviaram cartas para a redação sugerindo que a autora Josephina Álvares se dedicasse exclusivamente aos temas que dizem respeito à mulher, como a moda. Essa falta de solidariedade orgânica como uma limitação do campo intelectual e moral feminino ocorria por causa da realidade de submissão a que estavam sujeitas. Assim acreditavam em sua fraqueza natural, criando uma genealogia feminina baseada na obediência, que muitas vezes as colocava umas contra as outras, como aconteceu com as mulheres ditas tradicionais e as feministas, mães solteiras, divorciadas ou donas de qualquer outro tipo de transgressão

O jornal de Josephina Álvares de Azevedo circulou até o ano de 1898. Na cidade de São Paulo, circulou apenas nos primeiros seis meses de sua existência. Já em 1889, a proprietária do jornal decide muda-se para o Rio de Janeiro, por acreditar que na Corte suas propostas seriam mais bem aceitas pela sociedade local. Na então capital do país seu jornal sobrevive durante nove anos, mas a duras penas, passando por problemas financeiros em vários momentos, já que tinha poucos leitores e seu teor era voltado às mulheres. Diante da dificuldade financeira, Josephina Álvares de Azevedo preferiu fechar o jornal em 1898 a ceder espaço a uma coluna de moda ou culinária (OLIVEIRA, 2009).

É possível observar no jornal uma dualidade nas publicações. Ao mesmo tempo em que o jornal se preocupa com a educação da mãe de família, ele se volta às questões sociais e políticas da época.

Eu não pretendo, qual Joana d'Arc, de uma cruzada santa, conduzir exércitos à vitória, desfraldando o estandarte aurifulgente da legitima

e sagrada – Emancipação da Mulher – porque não tenho força nem talento para tanto; mas não deixarei jamais de pensar assim e dizer francamente aquilo que penso. Não interceptemos os raios do sol com a transparência de uma cambraia. (*A Família*, ano I, nº I)

As publicações do jornal são assinadas por mulheres, em sua maioria professoras que escreviam artigos, traduziam textos franceses, escreviam contos e poemas. O jornal contava ainda com colaboradoras internacionais, fato único em uma época na qual o intercâmbio de informações era precário.

Os ideais de igualdade estavam presentes no imaginário da época. Isso se vê no desejo de instrução e de participação ativa na política, na economia, na medicina e nas leis.

Entre as colaboradoras do jornal havia as mulheres que se preocupavam exclusivamente com temas que dizem respeito a moda, mostrando a limitação do campo intelectual e moral feminina de submissão a que estavam sujeitas; acreditavam em sua fraqueza natural e desta forma deveriam se sujeitar a obediência.

Ao longo de toda a existência do jornal *A Família*, fora publicado semanalmente sempre algum artigo de defesa da maternidade como elemento fundamental da pátria indo de encontro muitas vezes com as feministas que viam na maternidade uma das principais causas da submissão feminina. Colocar a figura da mãe como a função que maior representava a mulher seria uma forma de inseri-la dentro da sociedade, dar-lhe direito a uma educação digna, mas sem virilizá-la. “Desta forma, a mulher poderia obter um diploma de médica, advogada, professora, jornalista, mas acima de tudo seria mãe e dona-de-casa. Uma mãe conseguiria instruir seus filhos, porque teria adquirido conhecimentos eruditos para tal coisa e através desta erudição, poderiam as mulheres, mudar a cabeça de sua prole e fazer com que esta não mais propagasse o machismo” (OLIVEIRA, 2009).

O jornal defendia um posicionamento de querer que a mulher conquistasse o espaço público, dividi-lo com os homens, mas não permitir que estes adentrassem no espaço privado acabou dando a mulher uma dupla jornada de trabalho, que seria questionada apenas na década de 1960. Os discursos eram feitos através de uma linguagem que não reivindicava de maneira mais consistente a emancipação feminina, não questionando muito as desigualdades sociais para não entrar em choque com o Estado. A mulher deveria se educar para beneficiar a família e a nação. (ARAÚJO, 2008)

Estes exemplos podem ser vistos em vários jornais brasileiros da época, inclusive nos primeiros números de *A Família*:

A instrução é tão necessária no homem como à mulher; não para ela exercer cargos fora do lar doméstico, porque: o que seria dos filhos ainda na aurora da vida, privados dias inteiros dos cuidados maternos? O que seria da ordem e economia dos lares se a mulher fosse discutir nas assembléias e tribunais? A casa se tornaria uma verdadeira anarquia, o esposo veria com rapidez desaparecer o fruto do seu trabalho. A instrução da mulher é necessária, para ser ela

própria a preceptora de seus filhos, e não confiar a outrem o cuidado de instruí-los e educá-los moralmente (A Família, ano I, nº ?)

Para Josephina, único meio de libertação do sexo feminino participação da mulher no mercado de trabalho com o fim de contribuir financeiramente com a manutenção do lar. Na sua defesa, ela critica os homens que ainda acreditam na inferioridade feminina, critica a Igreja Católica e políticos importantes da época, como Benjamin Constant, por não aceitarem a educação feminina. (ARAÚJO, 2008)

No que diz respeito à colocação social da mulher o jornal *A Família* narra várias vezes a desigualdade entre gêneros:

Ainda que países de adiantada civilização como a Inglaterra e outros, sejam de opinião geral que as faculdades intelectuais, todas as aptidões da mulher são das mais próprias para desempenhar os árduos trabalhos de oficina nas grandes administrações, sendo também capaz de elevar-se pelo pensamento ao nível do homem; nada há porém mais difícil do que destruir-se a barreira tenaz dos preconceitos estolidos, das convenções errôneas da sociedade; que levanta-se sempre com todas as suas resistências, para o retardamento de qualquer ideia civilizadora de grande alcance social. (*A Família*, 22/12/1888)

Enquanto na Inglaterra, na França e nos EUA a mulher já havia conseguido ganhar seu espaço dentro da academia, das repartições públicas, da medicina e diversas outras áreas, no ano de 1888, no Brasil surgem as primeiras advogadas, sem terem chances de exercer dignamente sua profissão.

No dia 15 de novembro do ano de 1889, vários grupos de mulheres saíram às ruas do país para lutar a favor da Proclamação da República. Estas mulheres acreditavam que seriam tratadas de maneira igual aos homens, tendo inclusive direito ao voto:

É chegado o momento de mostrarem as nossas patrícias a sua importância na sociedade. (...) O direito de voto das mulheres é uma necessidade latente, de que há muito recente se não só o nosso, como muitos outros países. (*A Família*, 06/07/1889)

As propostas republicanas foram interpretadas pelas feministas como o início de um sistema educacional igualitário e digno para as mulheres, além do reconhecimento da mulher como cidadã com direitos iguais aos homens. Acreditavam ainda na entrada da mulher na vida política e militar. No ano de 1891, políticos se reúnem para discutir o voto feminino na Constituinte Republicana. As opiniões se dividiam, tendo como defensores da causa Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa. (ARAÚJO, 2008)

Sobre a discussão em torno do divórcio, Josefina Azevedo, em longo artigo publicado em seu jornal, declarou:

O divórcio na instituição civil é uma necessidade lógica. Desde que as partes contratantes moralmente se separem, a subsistência da união pela lei é um absurdo, e um absurdo insuportável, com uma sequência de iniquidade sobre uma consciência resgatada de culpa. (*A Família*. anno II, n. 77, 2 out. 1890)

No artigo intitulado “A família”, propagou as arbitrariedades cometidas contra duas senhoras mineiras que requeriam inclusão de seus nomes no alistamento de Barbacena. Embora o despacho tenha sido favorável, elas foram excluídas pela comarca de Ouro Preto. A escritora baiana manifestou a seguinte denúncia:

Que contra senso, dizem, que afoiteza, que descalbro social!! Uma mulher votando! Um sorriso de quase compaixão frisa logo os lábios do sexo forte. Em Minas um acordão disparatado dos membros da Relação, após uns considerandos fora de propósito nega às pretendentes o direito que é concedido a todo o ser pensante e racional só porque em vistas do costumes fazerem leis a mulher deve submeter-se à inação caseira, imitando as nossas analfabetas avós!(*A Família*. 16 jan. 1890, p. 5-6)

Em outubro de 1890, o jornal *A Família* lança uma campanha de subscrição de senhoras com o objetivo de sensibilizar o Congresso em prol do voto feminino:

O periódico *A Família*, como órgão defensor do sexo feminino, inicia em todo o âmbito do país, uma subscrição de senhoras as quais solicitam dos poderes competentes que lhes sejam outorgados os direitos e regalias de ordem política e civil a que podem legitimamente aspirar.(*A Família*, anno II, n. 81, 30 out. 1890)

Apesar de toda luta das mulheres em prol da homologação do sufrágio feminino, a primeira constituição republicana entrou em vigor em 1891, negando o direito de voto à mulher. As campanhas abolicionistas e republicanas despertaram as mulheres para a necessidade de maior participação social e política. Os referidos movimentos contaram com a militância ativa de muitas mulheres. (ARAÚJO, 2008)

Sobre a nova fase inaugurada pelo movimento republicano, o jornal levanta alguns questionamentos e termina exigindo o direito das mulheres de votar e serem candidatas políticas:

A pátria é livre, a sociedade brasileira vai reconstituir-se sob as bases de uma prometida política libérrima, de vistas amplas, de princípios vitoriosos. Mas em meio de tudo isso o que ficará sendo a mulher brasileira? Qual o destino que lhe reservam no conflito da vida nacional?

[...]

Queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e de ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições. (*A Família*, anno II, n. 81, 30 out. 1890)

A instrução das camadas populares e, principalmente, das mulheres pobres também fazia parte das preocupações sociais das redatoras do jornal. Para Anália Franco, o incentivo à educação profissional seria uma forma de realização dos direitos individuais:

A mulher pobre já não pode limitar a sua existência exclusivamente à doce e tranqüila beatitude do lar, vendo-se, as mais das vezes, obrigada na vida moderna a lançar-se na vertigem do trabalho, e a tomar o posto de soldado raso na áspera batalha cotidiana, onde cada indivíduo, seja qual for o seu sexo, é um combatente. (*A Família*, anno I, n. 18, 30 mar. 1889)

Em 1890, *A Família* incentivava a criação de escolas e liceus que instruissem profissionalmente as mulheres menos favorecidas, para que tivessem o trabalho remunerado, evitando o recurso à prostituição. Dessa forma, o jornal manifestava que “a iniciativa da fundação de escolas e liceus para o sexo feminino e a lei do ensino obrigatório, hoje mais do que nunca se tornam indispensáveis”. (*A Família*, anno II, n. 52, 16 mar. 1890)

As articulistas também acreditavam que uma sociedade liberal e democrática deveria reunir recursos públicos e privados para esse fim:

Na época eminentemente democrática em que vivemos [...] já ninguém desconhece que a instrução, esta nobre e santa propaganda do progresso e da civilização, não seja indispensável ao povo para solidificar-se o edifício social, o qual só pode encontrar apoio e fortalecimento na ciência e na moral. (*A Família*, anno I, n. 36, 02 nov. 1889)

O discurso contra a ociosidade feminina ganhou espaço no periódico. A inatividade era associada à negligência, ao abandono do lar para entrega aos passeios públicos, aos maus pensamentos, aos vícios de toda ordem. É, outra vez, a colaboradora quem receitou os benefícios dos trabalhos contra os males do ócio: “Trabalhar é ser útil, é ocupar o seu espírito, é adquirir conhecimentos ou espalhá-los em torno de si, é concorrer para o bem-estar dos outros e para o seu próprio aperfeiçoamento”. (*A Família*, anno I, n. 14, 2 mar. 1889)

A insistência, segundo a qual a “Civilização e o Progresso” viriam com a emancipação da mulher e o reconhecimento dos seus direitos, ocupou várias páginas do periódico, como podemos observar na seguinte afirmação:

O que é verdade é que à medida que a mulher se eleva, as sociedades progredem; e o século XIX que é o século das grandes idéias tem tido a ventura de ver discutido à luz dos princípios as bases de nossos directos

sociais. Seja a mulher igual ao homem e a sociedade será perfeita. (*A Família*, anno I, n. 3, 15 dez. 1888)

[...]

Luz e progresso é hoje uma legenda americana. Seja também nosso esse patrimônio bendito. É esse entusiasmo que me arroja a esta propaganda, por amor deste Brasil, que me viu nascer, e que eu desejo ver engrandecido ao apogeu de todas as glórias, em cujo seio a mulher seja nobre, instruída e livre. (*A Família*, 18 nov. 1888)

Apesar de o jornal ter uma feição notadamente de vanguarda em relação aos papéis femininos, as ambiguidades e contradições não são censuradas. Algumas de suas colaboradoras, muitas vezes, emitem opiniões que beiram o contrassenso.

As reivindicações do jornal

Uma das reivindicações do jornal se refere ao direito ao voto da mulher. De acordo com o jornal, após a Proclamação da República, em 1889, havia a possibilidade de participação política feminina:

Os desembargadores de Minas para negarem ás suas patrícias o direito discricionário do voto... O fundamento universal de todos os que opinam contra é esse – que a mulher não tem capacidade política. (*A Família*, anno I, n. 43, 21 dez. 1889)

Diante desta questão, Anália Franco coloca que em geral, os casos de incapacidade política se aplicam à menoridade e demência. Contudo, a razão da incapacidade eleitoral da mulher não se aplica nesse caso. Anália ressalta que a mulher educada, instruída, em perfeito uso de suas faculdades mentais, que exerce com critério as suas funções na sociedade, é uma personalidade equilibrada, está apta e capacitada para discernir entre duas idéias. Neste sentido, não poderia estar em pé de igualdade com dementes, menores e imbecis:

Assim sendo, é absurdo o princípio de sua capacidade eletiva... Oppõem os homens que a diferença de sexo estabelece incapacidade para as funções publicas / está provado com a moderna faculdade do exercício de algumas d'essas funções, que a tal incapacidade não existe em absoluto (*A Família*, anno I, n. 43, 21 dez. 1889)

É possível perceber que a instrução da mulher aparece como um requisito crucial para sua emancipação:

Mulher instruída é mulher emancipada. Instui-la porém e conserval-a atada a todas a peãs da ignorância, da superstição e da inferioridade social é absurdo preconceito que não póde senão produzir males sociais. (*Família*, anno I, n. 43, 21 dez. 1889)

A nova fase política do Brasil é representada pelas autoras do jornal como um “período de reforma mansa e pacífica”:

Veio de súbito abolir o thono e os privilégios d’uma nobreza mal entendida, chamando a todos para tomarem fraternalmente a parte que lhes compete no banquete, iluminadoa e aquecidos pelo sol comum da Democracia e da Liberdade... Phase de incontestável progresso. (*A Família*, anno I, n. 43, 21 dez. 1889)

De acordo com as autoras, o Brasil neste período, é representado ainda como um país:

Rico, ao Brazil de nada tem servido as suas riquezas... Não há paiz onde se fale tanto em riquezas como no Brazil. Entretanto, em nenhum outro é tão difícil a vida , é tão incerto o futuro dos cidadãos. É que a nossa sociedade infelizmente ainda não se compenetrou da necessidade de instrução e da idéia do trabalho livremente axercido e compensado sem distinção de sexo, nem de posição. (*A Família*, anno I, n. 43, 21 dez. 1889)

O jornal coloca que República e ignorância são duas ideias que se contradizem, se repelem. Assim, a única garantia de sua consolidação está na instrução do povo e uma legislação que posa conciliar os interesses de segurança com o voto. Desta forma, a Democracia seria capaz de resolver os mais elevados problemas sociais, econômicos e financeiros. Assim, a direção da sociedade se dá pelas lutas de inteligência e não pela força bruta.

Na publicação de 11 de dezembro de 1890, *A Família*, diante da negação do voto pelo parlamento, faz inferência:

Prolongam indefinidamente esta agonia secular que soffremos, negando-nos tudo – a liberdade, que é o goso da existência, a independência que é a consciência di valor próprio, a inteligência e a razão que são os atributos d’alma illumidada pelos clarões sublimes das virtudes humanas (*A Família*, 11 dez. 1890).

Neste contexto, os questionamentos acerca do papel da mulher frente a sociedade passa a ser questionado com veemência no jornal:

O direito de voto ás mulheres é d’uma equidade irresistível. Não estamos fora das leis. A sociedade nos impõem deveres como aos homens. Como elles, temos responsabilidades Moraes e legaes. Se fazem boa política ou má, bom ou Mao governo, somos igualmente soffredoras de suas immediatas conseqüências. Como pois negar- nos o direito de escolha entre o bom ou mal?! (*A Família*, anno II, n. 87, 11 dez. 1889)

É apresentado nessa publicação um artigo destinado a uma instituição criada em Paris para atender as necessidades das mulheres frente à sociedade. Trata-se da “A liga das mulheres”.

O objetivo dessa instituição é abordar interesses comuns das leitoras de suas publicações. Tais interesses constituem defesa de seus direitos e proteção no trabalho.

A *Família* se ocupa ainda de anunciar peças teatrais e novidades que ocorriam em todo mundo. As peças, em sua maioria, eram assinadas por mulheres, enquanto que as novidades se tratavam das realizações femininas.

Entre as novidades do período estão à agitação em torno do sufrágio das mulheres na Inglaterra, as sessões de consagração dos direitos femininos em Paris, os estudos acerca do direito da mulher em Viena, a abertura das portas da universidade da Nova Zelândia às mulheres, os estudos feitos pelas “damas inglesas” a respeito da solução ao problema do pauperismo na Inglaterra e a legitimação do acesso as profissões liberais e do direito de intervenção da mulher na política na Alemanha.

O papel social da mulher na sociedade e representado nas publicações d’*A Família* em um artigo intitulado “Mães e mestras”, como aquela que deveria “tratar de aperfeiçoar todos os sentidos da crença por meio de exercícios adequados”. (*A Família*, 1890)

Para instrução e divertimentos das creanças, sou da opinião que se deverá dar-lhes entre outros brinquedos de custo, certo instrumento de phisica e optica, principalmente o microscopio acompanhado de laminasinhas de vidro cheias de insectos, destroços de plantas e amostras de toda espécie. As creanças, interressando-se com este espetaculo aprenderam a << pensar >> nas bellezas sementeas pela História Natural. (*A Família*, anno II, n. 87, 11 dez. 1889)

No que tange a instrução feita pelas mães, o artigo “mães e mestras” do mês de outubro traz uma publicação referente ao ensino de ciência e literatura, onde afirmam que “as sciencias como as faculdades ajudam-se mutuamente por exercicio commum ou simultaneo, e so por este methodo se pode abter harmonia e instrução. (*A Família*, 1894)

Após o estudo de fragmentos da literatura francesa, o artigo aconselha “a menina” a conhecer a integra de todas as obras.

Referente às novidades de 1894, a publicação de outubro deste ano destaca a convenção republicana de Nova York, que aprovou uma mulher para superintendência das escolas do estado, a abertura das portas das universidades da Alemanha para mulheres e a intitulação de doutora concedida a uma condessa pelos seus estudos arqueológicos.

Um dos ocorridos na França é a proposta de celebrar anualmente uma festa nacional na França, em honra a Joana D’Arc. Dentre as conquistas das mulheres que o jornal considera importante, estão a ocupação de “Almirante da esquadra russa” pela rainha Olga, por suas habilidades náuticas, se tornando a única almirante na Europa. Nos Estados Unidos ocorre a autorização, no curso superior de Nevada para que uma mulher exerça a profissão de advogado.

Em “Carnet de Voyage”, Joshefina de Azevedo, apresenta o Pará, “uma província do Norte”. De acordo com ela:

Nessa regiões que o Amazonas banha, em que a pororoca estronda no amplexo titaneo do rio com o oceano, tudo maravilha a creatura.

A grandesa da natureza ahi como abate o homem, tornando-o como que pequeno para domar os elementos. O Pará é um prodígio e uma riqueza. Esta n’isso o segredo do engrandecimento e da sua inquestionável prosperidade. (*A Família*, anno VI, n. 177, 28 out. 1894)

Mesmo estando afastado do governo central, Belém, a capital do Pará abunda estrangeiros, os quais dão ao comércio uma atividade extraordinária.

De acordo com Joshefina de Azevedo, imprensa do Pará é bem desenvolvida, contudo apresenta “despeito pela litteratura do Rio de Janeiro”. As “paraenses, senhoras educadas” não discutem educação popular “ tão indispensável ao progresso dos povos”.

Dentre as poesias presentes nos periódicos, cabe ressaltar alguns versos, os quais representam o imaginário da época. Um deles, escrito por Mariana da Silveira, traz um pensamento referente aos anseios da sociedade:

A lua

...

Á ti dedico o meu passado inteiro,
Todo cercado das mais tristes flores
Não peças mais, pois que tudo é findo
Cadáver frio já não conta amores
Mas não te esqueças que te amei, e muito,
Que, p’ra adorar-te... eu deveria a vida,
Hoje, só posso enviar-te os thernos,
D’alma sem vida, e para ti, descida.

(*A Família*, anno VI, n. 177, 28 out. 1894).

Em relação ao período, Zefa, uma das autoras do jornal, representa em um dos seus versos como era vista essa nova fase da sociedade brasileira:

...

Os crentes andam descrentes,
Os descrentes crenças fingem,
O pequenos alto attingem
Os grúdos ficam rentes

...

(*A Família*, anno VI, n. 177, 28 out. 1894).

O cenário social do Rio de Janeiro, em meio à efervescência política, é representado nas publicações, tanto nos artigos quanto nas poesias, d' *A Família*, como um período cercado de incertezas. Acreditava-se que o novo cenário político apontaria para mudanças significativas.

Discussão

A imagem da família

As leis vigentes no Brasil do século XIX relativa à família datavam do período colonial. Sendo assim, a mulher estava sujeita a obedecer ao seu marido no que tange qualquer representação social. A representação se dava desde “em atos judiciais e extrajudiciais, como até mesmo administrar as propriedades que pertenciam a ela, podendo dispor de dinheiro, ações e bônus do tesouro e imóveis, observadas as restrições da lei” (VIOTTI, 2007 p. 495)

Em meados do Século XIX, viajantes que visitaram o Brasil retrataram a imagem da mulher como sendo quase que uma criança. Ela vivia seus primeiros anos sob a tutela de “um pai despótico e mais tarde, sob o controle estrito do marido” (VIOTTI, 2007 p. 493). Não havia a possibilidade de a mulher trabalhar fora do lar, abrir conta bancária ou dispor de seu dote sem a permissão do marido. Para a legislação a mulher estava em um constante estado de menoridade.

O papel da Igreja, nesse sentido, só reforçava a prática. A dependência e subordinação da mulher, seja ao pai ou ao marido, eram prescritas e reforçadas pelos padres e bispos, os quais confinavam a mulher a os papéis domésticos. Diante disso, criou-se um imaginário de que a mulher era frágil e indefesa, ignorante, submetida ao poder patriarcal. Anos mais tarde, a representação social ocorre com as denúncias das condições de opressão em que as mulheres viviam nos periódicos publicados em nesse período, entre os quais está *A Família*. Sem acesso à educação não tinham oportunidades de trabalho nem direito ao sufrágio e à cidadania. Assim sendo, faltava-lhes o poder político, estavam vinculados ao círculo vicioso, onde não tinham acesso à educação e sem educação não tinham poder político. Esta era a situação das classes médias e altas da sociedade.

As representações da família ocorrem a partir da estrutura patriarcal. Contudo nas camadas subalternas, isso dificilmente se aplicava. Nesse espaço as mulheres conseguiam sustentar suas famílias:

Aos olhos dos conservadores do século XIX (viajantes, cronistas e romancistas) essas mulheres pareciam diluir-se na paisagem. Quando muito figuravam como personagens pitorescas de um ambiente exótico na obra de algum cronista, ou figuras secundárias em algum romance. Ninguém parecia particularmente interessado em examiná-las mais de perto e muito menos em incorporá-las à história nacional. Suas vidas deixaram, no entanto traços em jornais revistas da época, em documentos das cortes de justiça, em livros de notários,

em testamentos, nos registros das igrejas, nos censos, nos arquivos das fazendas... (VIOTTI, 2007 p. 498)

Em decorrências das mudanças, mesmo que superficiais acarretadas pelo desenvolvimento capitalista, é possível verificar que as mulheres das diferentes classes sociais são afetadas. Enquanto umas ganham espaço, outras perdem. As mulheres de classe média e alta passam a ter mais oportunidades de participar do mundo de mercadorias; quanto à independência econômica e à cidadania, estavam sujeitas aos estreitos limites da sociedade. A redefinição do papel da mulher nessa nova sociedade estava sujeito à influência da Igreja Católica, que persistia em influenciar nas normas culturais tradicionais, criando obstáculos às mesmas. Estas, por sua vez, se viam divididas entre a ênfase da economia capitalista à gratificação material, à autoafirmação, à realização individual e o ideal da mulher altruísta e desapegada dos bens materiais. As mulheres lutavam não só contra os fatores externos que as constroem, mas contra suas próprias dúvidas e seus sentimentos contraditórios sobre os papéis que deveriam representar na família e na sociedade.

As mudanças ocorridas no centro urbano, como eletricidade, calçamento, surgimento de transportes coletivos, multiplicação de jornais e revistas, dão à cidade novos hábitos e costumes, onde as mulheres veem a possibilidade de expressão. Em relação às áreas rurais as mulheres continuavam submetidas à rígida autoridade masculina. Neste aspecto, Emília Viotti da Costa citando Eulália Maria Lahmeyer Lobo, escreve:

O espaço urbano permite às mulheres de elite se tornarem as primeiras a adotar novos costumes, o que não impediu aos grupos sociais menos favorecidos agirem da mesma forma. Uma minoria da elite conseguiu o privilégio de uma educação adequada e se tornaram colaboradoras em jornais e revistas, faziam traduções de livros estrangeiros, publicavam suas poesias, romances, peças e livros de educação de crianças. A grande maioria, pertencentes às camadas subalternas, escravas e livres trabalhava como costureira, lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, pajens, amas de leite, pequenos comerciantes, parteiras, cabeleireiras, vendeiras, donas de casa de pensão e de casas de pasto ou alojamento, trabalhadoras de fábricas e artesanato, ou do campo, e muitas outras atividades que se multiplicavam graças ao desenvolvimento econômico.(VIOTTI, 2007. P. 507)

Por outro lado, o surgimento de escolas destinadas à educação de meninas para se tornarem futuras mães ao invés de emancipá-las, enfatizavam seus papéis domésticos. As escolas católicas, dirigidas por freiras, instruíam meninas para a obediência, a humildade e a religiosidade. Qualquer sexualidade era severamente reprimida. Neste sentido, a maioria das mulheres continua desempenhando o papel de mãe e esposa.

Do ponto de vista econômico, o mercado não oferecia oportunidades iguais às mulheres de todas as classes sociais. As mulheres de classe média contavam com empregadas domésticas para substituí-las nas tarefas domésticas. Enquanto isso, as mesmas encontram trabalhos em escolas, jornais e revistas. Mesmo sendo, em sua maioria trabalhadora

doméstica, as mulheres pobres cercam os centros urbanos em busca de sua sobrevivência, seja por meio do artesanato e do pequeno comércio.

Havia uma grande distância entre as mulheres da elite e das mulheres das camadas subalternas. O conflito se dava tanto no gênero quanto na classe. Um fator comum era a discriminação tanto pela ciência como pela lei. O preconceito masculino repercute nesse sistema, onde aos direitos políticos eram concedidos aos homens e negados às mulheres.

No aspecto social, a escrava buscava sua liberdade, as mulheres livres e pobres tinham como questão fundamental a sobrevivência e o alvo a ser alcançado pelas mulheres de elite era a independência e autonomia. Depois da queda da monarquia, a questão do direito ao voto feminino é visto como a dissolução da família. A ideia de que as mulheres não deviam votar, mas educar os filhos estava entre os congressistas, os quais afirmavam que a participação da mulher na esfera pública era incompatível com suas funções domésticas. (VIOTTI, 2007 p.522)

Para entender as relações deste período se faz necessário uma análise a partir das representações sociais. Neste sentido, para a história cultural, a noção de representação se constitui como a maneira pela qual as pessoas comuns organizavam a realidade em suas mentes expressando-se em comportamentos e práticas sociais. Assim sendo, pode-se compreender a sociedade do fim do século XIX permeada de realidades e práticas sociais distintas. Para Pesavento (2003), as representações são operações mentais e históricas, que criam sentidos ao mundo, sem elas este, em si, não possui significado. É por meio delas que se age no mundo, que se constroem identidades. Desta forma, a representação fica no lugar da realidade, porém, não como uma imagem perfeita do real: o representante não é o representado, ele guarda relações de semelhança, significado e atributos com este. As representações de família se expressam nos discursos, assumindo múltiplas configurações, as quais se tornam concorrentes, estabelecendo relações de poder. Assim, a percepção dominante acaba ganhando foro de realidade, de verdade, sendo naturalizada. Ou seja, o modelo de família patriarcal ganha espaço obscurecendo outras formas de família.

Para Roger Chartier (2002), pensar, portanto, os processos de civilização nos possibilitam ir do discurso ao fato, questionando a ideia de fonte como mero instrumento de mediação e testemunho de uma realidade e considerando as representações como realidade de múltiplos sentidos, mesmo porque as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. A história cultural estuda, por um lado, as classificações e exclusões que constituem a configuração social de determinada época e espaço, questionando a existência das estruturas sociais como um real em si mesmo, enquanto as representações são apenas seus reflexos, e, por outro lado, as práticas que, pluralmente, e contraditoriamente, atribuem sentidos ao mundo, rompendo assim com a ideia de que os textos possuem um sentido intrínseco.

Neste sentido, para entender as relações da família, se faz necessário buscar um diálogo entre teóricos que falam da família.

Considerações finais

O estudo apresentado constata que as representações da família presente no discurso jornalístico do final do século XIX no Rio de Janeiro, mostram questionamentos por parte das interlocutoras em relação às condições políticas e sociais do período.

Ao entender que as representações da família se expressam nos discursos, assumindo múltiplas configurações, as quais se tornam concorrentes, estabelecendo relações de poder, foi possível perceber na análise dos periódicos d'*A Família*, que havia uma participação ativa das mulheres em defesa de sua inserção no campo social e político, ou seja, em meio o modelo de família patriarcal, onde a percepção dominante acaba ganhando foro de realidade, de verdade, sendo naturalizada, havia uma voz feminina reivindicando direitos, uma vez que todos os deveres lhe eram atribuídos. Os periódicos mostram que as preocupações tangiam além do contexto político local, o mundial.

Em meio a um contexto onde viajantes que visitaram o Brasil retrataram a imagem da mulher como sendo quase que uma criança, e onde não havia a possibilidade de a mulher trabalhar fora do lar, a legislação concedia à mulher um constante estado de menoridade, os grandes confrontos de ideias aparecem no jornal de forma contundente através das mulheres que tinham qualificações necessárias para praticar uma profissão. Entre essas mulheres estavam outras de origem mais modesta que vieram se juntar a estas, graças à expansão do sistema escolar se tornaram professoras e escritoras.

A partir do entendimento da família como instituição composta de um conjunto de papéis mutuamente dependentes e complementares, foi possível perceber que não havia uma garantia de direitos igualitários neste período. O que se tinha era uma reivindicação marcante e expressiva nas falas das autoras do jornal, onde instrução era a condição necessária, não só para adquirir direitos, mas para se considerar capaz a família.

As escritoras do jornal *A Família* insistiam em afirmar contundentemente o quanto de contribuição a mulher podia oferecer em quaisquer setores.

No que tange as representações, *A Família* apresenta um imaginário social, onde a mulher da elite, de meados do século XIX, tinha um posicionamento político bem definido, argumentava com o conhecimento que tinha, seja da literatura, seja do contexto mundial, a respeito das conquistas femininas, que o Brasil deveria abrir espaços públicos de participação para a mulher. O imaginário social da época permitia contradições, enquanto algumas das escritoras se posicionavam em defesa de que a mulher deveria exercer um papel social voltado às atividades cotidianas de "Mães e Mestras", outras, com veemência, defendiam "O direito do Voto". A representação da família do período destaca uma mulher que enfatiza seus deveres para com a sociedade e busca a igualdade de direitos. Mesmo diante de um poder patriarcal estabelecido, essa família, onde a mulher é ativa, coexiste e busca seu espaço de atuação. Cabe ressaltar que esse embate está presente nas camadas da elite carioca, e que nas camadas populares esses discursos se quer existiam.

Referências

A FAMÍLIA. Rio de Janeiro: Typ. Companhia Imprensa familiar, 1888-1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 01/10/2012.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Notas sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.): Pensando a família no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. **Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Iñez Sabino e Délia.** 2008. 284 f. Tese (Doutorado em Letras) - da Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.

ARAÚJO, Walter da Rocha. **Representações sociais sobre família e Classes sociais.** 2003. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20030917152632.pdf> . Acesso em 09 abril 2013.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado.** 38ª Edição. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. **Patriarcalismo e o Feminismo: Uma retrospectiva histórica.** 2004. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363>. Acesso em 10 abril 2013.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social.** São Paulo, Editora da UNESP, 2002

CARVALHO, Maria da Penha Felício dos Santos de. **A Crítica de Judith Butler às Normas que Governam Gênero e Sexualidade.** Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.81-92, 2010 ETHICA 81.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** 2ª Edição. Tradução Maria Manuela Galhardo. Difusão Editorial, S. A. Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República, Momentos Decisivos.** 8ª Edição. Editora Unesp, São Paulo, 1998.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte.** Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 9, volume 16(1):71-196(2005). Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/53>. Acesso em 10 abril 2013.

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal "A Família"**. 2009, Cap. 2 .Disponível em: http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Karine_da_Rocha.pdf Acesso em: 01/05/2013

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. 2ª Edição. Autêntica, Belo Horizonte, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O Que Mudou na Família Brasileira?(Da Colônia à Atualidade)**. Psicol. USP [online]. 2002, vol.13, n.2, pp. 27-48.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: uma história de "diferenças e desigualdades" as doutrinas raciais do século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.